



Educação, Informação Comunicação e Saúde: Proteções contra a DESINFORMAÇÃO

SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE: PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO

EIXO TEMÁTICO:

GT 4 - Plataformização, Inteligência Artificial (IA) e Regulação Digital

O PREÇO DA VERDADE: REGIMES ALGORÍTMICOS E DESINFORMAÇÃO NO NEOLIBERALISMO

THE PRICE OF TRUTH: ALGORITHMIC REGIMES AND DISINFORMATION IN NEOLIBERALISM

Modalidade: texto completo

Resumo: A desinformação tem se consolidado como um dos principais riscos globais contemporâneos, impulsionada pela infraestrutura tecnológica das plataformas digitais e seus algoritmos, que operam sob lógicas mercadológicas alinhadas ao neoliberalismo. Este trabalho objetiva discutir a desinformação e os regimes de informação algorítmicos no contexto do neoliberalismo, observando as possíveis interlocuções dos fenômenos da plataformização e da desinformação na área da Ciência da Informação e no campo da Economia Política da Informação. Adota-se como abordagem teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético, com procedimento bibliográfico e análise crítica interdisciplinar. Os resultados apontam que os algoritmos, ao organizarem e filtrarem fluxos informacionais conforme interesses das grandes corporações tecnológicas, instauram regimes de informação particulares que modulam comportamentos, restringem a diversidade informacional e fomentam bolhas de discurso. Tais regimes geram condições propícias para a circulação de desinformação, que não apenas amplia lucros das plataformas, mas também compromete os processos democráticos. Conclui-se que o cenário atual evidencia um projeto de reestruturação capitalista baseado na exploração da atenção, na mercantilização da informação e na erosão de direitos democráticos, exigindo, assim, a urgência de políticas regulatórias e de ações críticas que enfrentem os impactos dos sistemas algorítmicos sobre a sociedade.

Palavras-chave: desinformação; neoliberalismo; regimes de informação.

Abstract: Disinformation has emerged as one of the most pressing global risks in contemporary society, driven by the technological infrastructure of digital platforms and their algorithms, which operate under market logics aligned with neoliberalism. This study aims to discuss disinformation and algorithmic information regimes within the neoliberal context, examining the possible intersections between the phenomena of platformization and disinformation in the field of Information Science and the Political Economy of Information. The research adopts historical-dialectical materialism as its theoretical-methodological approach, employing bibliographic procedures and interdisciplinary critical analysis. The findings indicate that algorithms, by organizing and filtering information flows according to the interests of large technology corporations, establish particular information regimes that modulate behavior, restrict informational diversity, and foster discourse bubbles. These regimes create favorable conditions for the spread of disinformation, which not only increases platform profits but also undermines democratic processes. The study concludes that the current landscape reveals a project of capitalist restructuring based on the exploitation of attention, the commodification of

information, and the erosion of democratic rights, thereby highlighting the urgent need for regulatory policies and critical actions to address the impacts of algorithmic systems on society.

Keywords: disinformation; information regimes; neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2025, a desinformação passou a figurar como o principal risco a nível global segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em entrevista realizada durante o Seminário Internacional Cetic.br, em São Paulo, o diretor-geral adjunto de Comunicação e Informação da Unesco, Tawfik Jelassi, foi categórico ao afirmar que “os países não estão preparados o suficiente para combater a desinformação” (informação verbal)¹.

A fala de Jelassi não surpreende os interessados no tema, principalmente a comunidade acadêmica, isso porque já vem sendo amplamente discutido, com destaque na Ciência da Informação, tanto o desenvolvimento da desinformação, suas contradições e interface, quanto suas implicações nos tecidos social, político, econômico e, claro, informacional.

Suportada pelos avanços tecnológicos, sobretudo da Inteligência Artificial (IA) após a pandemia de COVID-19, a desinformação caminha em descompasso com a necessária e urgente ação dos estados com seus instrumentais político, legislativo e jurídico que não conseguem acompanhar a revolução digital promovida, sem qualquer debate com os atores da sociedade, pelas grandes corporações de tecnologia digital, as *Big Techs*.

Nessa celeuma, as plataformas digitais algoritmizadas mostram-se como um artefato sociotécnico nevrálgico para os aspectos e os efeitos da desinformação em escala mundial, motivando intensos debates por parte das democracias que queiram garantir o bem comum e a defesa do Estado Democrático de Direito. O Brasil, nessa esteira, configura-se como um importante ator no debate, sobretudo por ser uma nação periférica no mercado global de dados digitais.

Em vista de tudo isso, o presente trabalho objetiva discutir a desinformação e os regimes de informação algorítmicos no contexto do neoliberalismo, observando as possíveis interlocuções dos fenômenos da plataformização e da desinformação na área da Ciência da Informação (CI) e no campo da Economia Política da Informação.

¹ Conforme fala proferida em entrevista à Paula Laboissière, da Agência Brasil, publicada em 20 de maio de 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-05/desinformacao-e-principal-risco-global-para-2025-e-anos-subsequentes>. Acesso em: 28 maio 2025.

O estudo adota como lente o bojo do materialismo histórico-dialético, buscando confluir as contradições do capitalismo com as lutas de classes na conformação dos regimes de informação algorítmicos e da desinformação. Como procedimento metodológico, o texto se pauta no método bibliográfico quanto aos seus objetivos de investigação, com enfoque no estado da arte da CI em uma perspectiva interdisciplinar.

2 O NEOLIBERALISMO E O ACESSO À INFORMAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns países no Norte Global implantaram ações estatais para garantir pleno emprego e outras medidas de cunho social como resposta ao medo do socialismo que estava sendo introduzido na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse contexto, as elites perderam poder econômico – ao perder parte da mais-valia gerada pela força de trabalho para o custeio de direitos trabalhistas – e político, pois instituições da classe trabalhadora influenciaram as intervenções do Estado.

Tais medidas geraram crescimento econômico nos anos 1950, mas, no final dos anos 1960, começaram a ruir com a estagflação, segundo Harvey (2014). A crise da década de 1970 gerou insatisfação generalizada e parecia apontar para uma alternativa socialista, ameaçando as elites econômicas em países de capitalismo avançado e em desenvolvimento. As elites agiram “com vigor para se proteger da aniquilação política e econômica.” (Harvey, 2014, p. 25) e se reorganizaram para restabelecer a centralidade do poder político e econômico em seus países e nos demais.

O capitalismo mergulhou no neoliberalismo que articulou, durante os anos 1990, o Consenso de Washington, porém não houve elaboração de soluções neoliberais universais. Como Harvey (2014) defende, argumenta e exemplifica, o desenvolvimento do neoliberalismo foi desigual com aplicação frequentemente parcial e, por vezes, assimétrica. Contudo, cabe salientar, que a ideia de Estado mínimo proposto pelos neoliberais corresponde a “Estado máximo a serviço dos interesses do capital” (Frigotto, 2015, p. 59).

Durante a égide neoliberal, a soberania popular derrocou, uma vez que “a pretensão de um governo *impessoal* das leis cede lugar ao governo *peçoal* dos homens” (Valim, 2018, p. 27, grifos do autor). Para tal concretização, foi necessário tornar obsoleta a noção de coletividade entre os integrantes da classe trabalhadora,

originada de medidas de enfraquecimento dos sindicatos, circulação da ideologia, conversão de intelectuais, entre outras medidas de legitimação da virada neoliberal. Afinal, o êxito do neoliberalismo está na restauração do poder de uma elite econômica, de acordo com Harvey (2014).

Dessa maneira, vivenciamos a soberania do mercado. A gestão política, social e econômica é realizada por “potências ocultas e politicamente irresponsáveis do capital financeiro” (Valim, 2018, p. 29) que transformam constantemente todas as esferas da vida em mercado. A princípio, direitos como saúde e educação foram abertos para iniciativa privada atuarem; no decorrer dos anos, outros setores e, principalmente, as inovações, foram permeados pelos interesses das “mãos invisíveis” do mercado financeiro.

As mudanças no acesso à informação, por conseguinte, foram atravessadas pelo mercado. Outrora, o acesso à informação era mediado por meios tradicionais de comunicação, como rádio e televisão, e à população cabia ser receptora da informação carregando um discurso determinado. Com o advento da Internet e dos aparelhos móveis, emergiu a possibilidade de as pessoas abandonarem a recepção da informação de um único discurso, acessarem diversas perspectivas e protagonizarem os discursos em torno de si.

A contemporaneidade mostra que tal ideia foi utopia. Com a possibilidade de acesso à informação através de dispositivos conectados à Internet, os problemas políticos, econômicos e sociais (e analógicos) migraram para o mundo digital, resultando em dificuldade de acesso à rede para os grupos na base da pirâmide socioeconômica, além da ausência de massificação do acesso a informações técnicas que propiciem a superação do uso enquanto objeto de interação social e possibilite a criação e aperfeiçoamento de programas e aplicativos, por exemplo.

Diante do interesse do capital, por meio do mercado financeiro, vivenciamos a seleção dos resultados de buscas para além da maior inocência de resultados. Falta transparência no uso das informações coletadas pelas *Big Techs* (Santana, 2023), dos microdados produzidos a partir da renderização dos corpos (Zuboff, 2020) e um esclarecimento acerca dos propósitos comerciais, sociais e políticos dessas empresas mediante suas plataformas digitais, com destaque para os problemas do colonialismo de dados e da soberania algorítmica (Silveira, 2021).

As narrativas sobre a classe trabalhadora seguem centralizadas pelos grandes grupos de comunicação que migraram da televisão para a Internet. O acesso a mídias

alternativas como “Mídia Ninja” e “A voz da comunidade” segue restrito a alguns grupos por estratégias de modulação algorítmica (Santana, 2023; Silveira, 2019) ou ainda porque a forma de publicização das informações pelas mídias citadas anteriormente não envolvem conteúdos apelativos e outros mecanismos que poderiam chamar a atenção de parte da população.

O potencial de emancipação política e econômica pelo potencial de transformação social idealizado e propagado no começo do século veio abaixo diante da atuação neoliberal que mercantilizou todas as etapas do acesso à informação através de dispositivos conectados à Internet. Seguimos com uma única história, diferente do que foi apontado por Chimamanda Adichie (2019) ao tratar da história contada pelos vencedores, agora a história fica restrita a cada bolha e é “contada” pelos interesses dos oligopólios tecnocráticos.

3 REGIMES DE INFORMAÇÃO E ALGORITMOS: DESDOBRAMENTOS

Como visto, os processos relativos ao acesso e uso da informação vêm sendo largamente ressignificados no atual contexto socioeconômico. A tônica do discurso neoliberal em que tudo é passível de ser vendido ou comercializado não poupou a informação, sendo, então, objeto de relações mercadológicas. Seu acesso e uso, por sua vez, tem sofrido mudanças significativas, sobretudo devido à ação performativa dos algoritmos computacionais.

Nessa esteira, a famigerada Sociedade da Informação (SI), muito discutida no fim da década de 1990 e início dos anos 2000 por autores como Castells (2002) e Lévy (1999), mais se mostrou como uma quimera do que uma realidade. A ideia de uma sociedade em que o acesso à informação, bem como seu uso, carrega atributos emancipatórios e universais perdeu espaço para uma agenda de capital e poder encampada por oligopólios tecnocráticos nas primeira e segunda décadas do século XXI.

Mattellart (2000) se antecipa e já chama a atenção sobre isso quando observa que, assim como a ideia de globalização – muito defendida pelos países do Norte Global após a Segunda Guerra Mundial no afã de solidificar uma noção única, holística e globalizante de integração a nível planetário –, a proposta da SI se mostrava como uma espécie de discurso de um mundo que “não tem fronteiras”, nem líderes, nem intermédios (Mattellart, 2000, p. 145). Basicamente, um mundo sem mediadores ou mediações.

Na Ciência da Informação (CI), a ação mediadora é burilada com destaque nacional por teóricos como Almeida Júnior (2009), cujas teorizações concentram-se em compreender o papel e a importância da interferência da ação humana na relação da informação com a necessidade ou demanda dos usuários/cidadãos.

A concepção de “ponte” atribuída ao mediador não é somente relevante, como é ontológica ao nosso próprio ser e prática nuclear em diversas profissões, a exemplo dos bibliotecários, arquivistas, museólogos, jornalistas, médicos, administradores e professores, em linhas gerais. Portanto, em consonância com Bezerra (2024, p. 64), tem-se que a mediação é “potência em ato que nos insere [...] em relações sociais e identitárias nas quais somos [...] universalmente formados, informados e formatados como animais políticos”.

Desse modo, o fenômeno da mediação que se estabelece entre o usuário e a informação carece – e deve carecer – de interferências. Afinal, o acesso e uso da informação é originado e mantido por mediações. Essa concepção de SI sem intermédio repetida de forma despropositada no início do século, principalmente na CI (Monteiro; Almeida Júnior, 2021), em verdade, rende-se a uma ideologia neoliberal, que prega o imediato ou, por outras palavras, a ação sem mediações.

Em uma segunda análise, o discurso neoliberal empreendido nesse contexto revela a constituição e manutenção de um regime de informação em operação na contemporaneidade. Regime este que, proeminentemente, gera efeitos diversos na cadeia de produção, circulação e uso da informação a níveis globais.

O conceito de regime de informação é objeto de estudo na CI desde meados do século XX, sendo um constructo teórico muito recuperado pelas investigações no campo da Economia Política da Informação. As movimentações mais prolíficas em prol de entender o que é e como funciona um regime de informação vieram de Frohmann (1995) e, no Brasil, de González de Gómez (2012), porém o conceito e sua teorização vêm sendo atualizados com vistas a melhor compreender o atual contexto algorítmico e seu pano de fundo neoliberal.

Entretanto, antes de adentrar nos regimes de informação algorítmicos, é importante delimitar qual a direção de regime de informação adotado para este trabalho. Nesse caso, o fenômeno de pesquisa em tela caminha ao lado da contribuição de Frohmann (1995), cuja perspectiva adota a ideia de regimes de informação singulares e individualizados coexistindo na sociedade. Isso se dá, inclusive, porque se acredita nesta pesquisa que cada plataforma ou serviço digital

operado por oligopólios tecnocráticos desenvolve e mantém seu próprio regime de informação, com suas premissas, ideologias, idiosincrasias e propósitos exclusivos.

Não obstante, aderindo-se às teorias críticas do capital e à abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético – lente pela qual são analisados os fenômenos aqui trabalhados – entende-se que a noção de regime de informação está amplamente vinculada às contradições materiais e aos conflitos de classes. Isto é, mantém uma forte relação com as mazelas ocasionadas pela ação galopante do capitalismo, além das relações conflituosas entre os detentores das cadeias informacionais mediadas por algoritmos – as *Big Techs* – e o proletariado digital – os usuários de tecnologias digitais com seus dados pessoais e atenção expropriados a todo instante.

Posto isso, o conceito de regime de informação, nos moldes deste trabalho, é consoante à *“representação conceitual do processo histórico das lutas de classes travadas no âmbito da produção e da circulação da informação”* (Bezerra, 2024, p. 17, grifos do autor), implicando que se caracteriza como movimento instável e historicizado que evolui no tempo e no espaço a partir das contradições e das lutas de classes em voga na sociedade.

Observa-se, ainda, que as revoluções sociotécnicas ocasionadas pelos aparatos tecnológicos, a exemplo das plataformas digitais algoritmizadas, são orientadas pela ação do capital no contexto das lutas de classes diante dos processos de produção, circulação e uso da informação. O pano de fundo neoliberal em que esse cenário se performa tangencia para a necessária compreensão não somente dos regimes de informação, mas, principalmente, dos regimes de informação algorítmicos, cuja preocupação lança-se sobre a problematização do valor da informação nesse contexto.

Assim sendo, a informação pode ser tida como a *“representação digital de conjuntos de dados que, através do trabalho humano, são organizados e dispostos na forma de textos, imagens e sons”* (Bezerra, 2024, p. 48, grifos do autor), ao invés de simplesmente como um produto em si, um produto-informação. Logo, se o capitalismo conforma-se pela acumulação de capital, sabendo o contexto da informação como uma representação de um conjunto de dados, ela se configura como uma coleção de mercadorias digitais (Bezerra, 2024).

Dito isso, retomando a ótica de Frohmann (1995) sobre a particularização dos regimes de informação, observa-se um paralelo entre o funcionamento das

plataformas digitais e a concepção de regimes de informação adotada neste trabalho. As *Big Techs*, por meio de suas plataformas algorítmicas, evidenciam a intenção de instituir e manter um regime de informação singular, definido por elementos, normas, processos, impactos e fluxos informacionais específicos.

A operação dos algoritmos nesses ambientes revela propósitos que habilitam a plataforma a formar e sustentar bolhas sociais de discursos entre usuários, além de aplicar filtros aos conteúdos visualizados e disseminados (Santana, 2023; Santana; Neves, 2022). Tal cenário produz efeitos significativos nas interações entre usuários e destes com a informação, tanto no interior quanto no exterior das plataformas digitais.

Dentre os principais efeitos ou impactos gerados por esses regimes algorítmicos nas relações informação-usuário e usuário-usuário, tem-se a desinformação, fenômeno cercado de interesses diversos diante dos propósitos capitalistas das plataformas. A desinformação, em certa medida, gera lucros, uma vez que se estabelece na disseminação em larga escala nos ambientes digitais, com forte interferência algorítmica, em busca da exploração da atenção e do engajamento constantes dos usuários.

4 ALGORITMOS E DESINFORMAÇÃO: APROXIMAÇÕES INICIAIS

A virada do século XX para o XXI trouxe em seu bojo um novo *status* para a informação, no sentido epistemológico e pragmático. E as fronteiras entre informação, desinformação e *misinformation* são cada vez mais voláteis apenas por questão de contexto (Heller; Jacobi; Borges, 2020). No cenário atual de comunicação digital, as *Big Techs* com os seus algoritmos determinam os fluxos de informação a nível global, amplificando ou simplesmente silenciando temas.

O fenômeno da desinformação na sociedade contemporânea está umbilicalmente associado à infraestrutura tecnológica proposta e implementada pelo modelo de negócio das *Big Techs*, mas não somente. Tal situação emerge da reinvenção do capitalismo, reestruturada nas mesmas bases neoliberais, onde a informação, e não mais a manufatura fabril tradicional, é o seu maior ativo. O fato de o capitalismo se apropriar da informação não é novo (Burke, 2012), a “novidade” é como o capitalismo faz isso hoje em dia e as novas repercussões sociais disso.

Nesse contexto, acreditamos que a desinformação é produto desta nova ordem informacional que as *Big Techs* controlam globalmente como um poder paralelo regido por algoritmos.

A questão dos vieses algorítmicos, que resultam em distúrbios da informação, não é nova. O racismo algoritmo, por exemplo, tem sido colocado em relevo por diversos pesquisadores (Nyland, 2023; Silva, 2022), demonstrando como os sistemas algorítmicos operados pelos oligopólios tecnocráticos têm amplificado o racismo digital, os diversos tipos de preconceitos, discursos de ódio e a desinformação.

Como pontuam Heller, Jacobi e Borges (2020), a desinformação é um fenômeno que abrange todos os níveis da sociedade, inclusive influenciando comportamentos humanos. Não é novidade a perspectiva que busca analisar os meios de comunicação como um guia para o comportamento. Desde o início do século passado, as teorias da comunicação buscam entender como funciona esse mecanismo entre mídia e comportamento, sob a base teórica da psicologia.

No cenário contemporâneo de mídia digital, o contexto comunicacional revela-se diferente das mídias analógicas da era da comunicação de massa, mas permanece o interesse da academia em entender o entrelaçamento entre o social, o cognitivo e o comportamental. Não à toa, Wardle e Derakhshan (2017) salientam que a desinformação se apoia principalmente em motivações pessoais, que, segundo eles, são financeira, política, social e psicológica.

Nesta linha, Campos e Freitas (2024) reforçam que o modelo de governança digital de base algorítmica é capaz de modular comportamentos, sem garantia de proteção de direitos individuais e de preceitos democráticos.

Além disso, possibilita a utilização estratégica de ferramentas digitais, especialmente aquelas baseadas em IA, para promover causas antidemocráticas, potencializar discursos de ódio, preconceito e/ou desinformação. Essa situação representa uma ameaça latente à integridade dos processos democráticos e às políticas públicas (Campos; Freitas, 2024, p. 14).

Entendemos que a crescente onda de desinformação nos últimos 10 anos pode ser um efeito do regime de informação algorítmico. Essa infraestrutura tecnológica pavimentada com os vieses algorítmicos constituiria assim o que Frohmann chama de “elementos de regimes de informação específicos” (Frohmann, 1995, não paginado, tradução nossa). Nesse contexto, as plataformas estabelecem uma governança

informacional sem fronteiras, baseada em sistemas algorítmicos que realizam uma espécie de curadoria de informações personalizadas para cada perfil de usuário. Longe de regulações, elas operam livres e obscuramente como *gatekeeping* da informação, estabelecendo assim não apenas quais informações chegaram ao público, mas como essas informações circulam e em que amplitude de audiência.

Castro (2021) é enfático ao afirmar que plataformas algorítmicas são propícias para a desinformação “em virtude da maneira como suas características tecnológicas são instrumentalizadas por seu modelo de negócios, resultando na prevalência do valor-algoritmo sobre o valor-notícia” (Castro, 2021, p. 91). Para ele, os órgãos de imprensa tradicionais operam através das suas lógicas editoriais, enquanto que as notícias e informações de modo geral que circulam via mídias digitais ficam a cargo dos algoritmos, realizando a curadoria do que será mostrado no *feed* de cada usuário, variando conteúdos de perfil para perfil.

Tal situação tem favorecido as câmaras de eco e os filtros-bolha (Pariser, 2012) na sociedade contemporânea. Castro (2021) explica que enquanto na imprensa aquilo que não passa pelo crivo editorial do veículo é descartado, nas plataformas, não; prevalece o viés financeiro, cuja rentabilidade advinda da monetização de conteúdos nas mídias digitais tem criado um mercado de *fake news*, uma economia da desinformação onde as próprias *Big Techs* acabam recebendo valores com o impulsionamento pago de desinformação – embora saibamos que nem toda desinformação é impulsionada nas redes, muitas vezes viraliza de forma “orgânica”. Ao que parece, trata-se de uma sociedade entre produtores de desinformação e proprietárias das plataformas digitais.

É neste cenário que, para Campos e Freitas (2024), a disseminação de desinformação no ambiente digital constitui uma das principais angústias em relação às preocupações sobre temas como discurso de ódio e enfraquecimento da democracia.

Isso porque algoritmos de recomendação, muitas vezes, destacam conteúdos sensacionalistas ou polarizadores, mantendo as pessoas em bolhas informativas restritas a determinados temas e limitando a compreensão da diversidade de perspectivas sobre questões importantes (Campos; Freitas, 2024, p. 15).

Para os autores, a customização de conteúdo que os mecanismos algorítmicos gerenciam, isolando os indivíduos em bolhas informativas, tem impulsionado, por

exemplo, movimentos antivacina, negacionismos diversos e teorias da conspiração, cuja a desinformação é o combustível para a essa engrenagem, influenciando emoções e comportamentos.

Conforme Silveira (2019) e Zuboff (2020), é justamente na modulação de comportamento que esse cenário de capitalismo de vigilância se exerce. Assim, através do ambiente digital e via sistemas algorítmicos preditivos, o modelo de negócios das *Big Techs* se estabelece. Por meio de simples rolagens em mídias digitais, a exemplo do *Facebook*, que tais estímulos operam, muitas vezes com a oferta de desinformação impulsionada para os usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual da desinformação possui múltiplas facetas, incluindo questões sociais, tecnológicas, econômicas e políticas. A disseminação e a viralização de conteúdos de desinformação nas mídias digitais não acontecem de forma espontânea, tampouco isenta as *Big Techs* das responsabilidades, já que essas empresas criam e fornecem sistemas algorítmicos, que, longe de qualquer neutralidade, favorecem a circulação da desinformação.

Sem regulação, operando sob o manto obscuro das suas próprias regras, o fenômeno descortina um contexto que vai além do tecnológico. Revela-se um projeto de capitalismo reinventado, onde a lucratividade parece estar acima de preceitos éticos e de responsabilidade social, além de um projeto político com vistas ao enfraquecimento de Estados, de suas democracias e da classe trabalhadora.

Nesse panorama tecnocrático, ergue-se um novo modelo global de regimes de informação de natureza algorítmica que opera no famigerado afã por dividendos. A partir desse ponto de vista, emerge a necessidade de discutir e pressionar os legisladores sobre a regulação das mídias digitais, tendo em vista a proteção da sociedade a fim de uma Internet mais segura, transparente e – enfim – emancipatória.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BEZERRA, A. C. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: II: da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMPOS, J. M. da S.; FREITAS, C. Algoritmos, inteligência artificial (IA) e desinformação: uma reflexão inicial. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 29, n. 54, p.11-32, jul./dez. 2024.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: volume I. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, J. C. L. de. Plataformas algorítmicas e economia da desinformação. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 18, n. 2, jul./dez. 2021.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILLI, P. A. A.; SILVA, T. T. da. (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond Information science: applying the Actor Network Theory. In: ANNUAL CONFERENCE [OF] CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. **Proceedings** [...]. Edmonton: Canadian Association for Information Science, 1995. Não paginado.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HELLER, B.; JACOBI, G.; BORGES, J. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 49, n. 2, p. 189-204, maio/ago. 2020.

MONTEIRO, C. A. B.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. de; A ilusão de uma sociedade da informação na Ciência da Informação: o termo sob a perspectiva crítica de Mattelart, Bauman e García Canclini. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 294-322, abr./jun. 2021.

NYLAND, J. J. A. O. L. Racismo algorítmico: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 2, e1912239907, p. 1-12, 2023.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a Internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SANTANA, R. D. **Rastros na rede**: as práticas de modulação algorítmica no controle e filtragem da informação no Facebook. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

SANTANA, R. D.; NEVES, B. C. Entre filtros e bolhas: a modulação algorítmica na sociedade pós-panóptica. **Logeion**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 47-64, mar./ago. 2022.

SILVA, T. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Sesc, 2022.

SILVEIRA, S. A. da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. *In*: CASSINO, J. F.; SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. da (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 33-51.

SILVEIRA, S. A. da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. **Paulus**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 17-26, jan./jul. 2019.

VALIM, R. **Estado de exceção**: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. [S. l.]: Council of Europe, 2017.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.